



Nesta edição:

- Brasil e EUA discutem futuro da agricultura
- Crescem importações do agro em setembro
- Oportunidades de comércio com a Polônia
- Rotulagem de OGM sem custos

Edição 29 - Outubro de 2016

Futuro da agricultura é discutido no seminário “Diálogo Agrícola Brasil- Estados Unidos” na CNA

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) promoveram, no dia 19 de outubro, o 2º Diálogo Agrícola Brasil-Estados Unidos, em Brasília. A edição de 2016 debateu o tema “O Futuro da Agricultura: cultivando com inteligência”, e avaliou questões estratégicas como tecnologia, Big Data, mudanças climáticas, segurança do alimento e dos recursos naturais e ambientais. O público pode acompanhar o evento por meio de transmissão ao vivo realizada pelo Canal do Produtor TV.

O Diálogo Agrícola Brasil-Estados Unidos, que ocorre anualmente, tem como objetivo criar um canal direto de comunicação entre os setores agropecuários de ambos os países para discutir temas de grande relevância e de interesse comum.



Mais de 250 pessoas participaram do evento. Os debates tiveram a presença marcante de produtores rurais, membros das federações estaduais de Agricultura e Pecuária, representantes dos governos, embaixadas estrangeiras, especialistas de universidades, representantes de organizações não-governamentais e do setor privado que movimentam o agronegócio brasileiro.

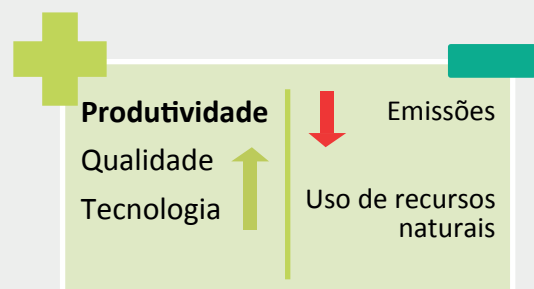
A cerimônia de abertura contou com a presença do presidente da CNA, João Martins, da embaixadora norte-americana no Brasil, Liliana Ayalde, e do representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Alexandre Pontes. As autoridades destacaram a importância de iniciativas como o Diálogo Agrícola para promover a cooperação entre os dois principais países produtores agropecuários no mundo. A intensificação do uso de novas tecnologias no setor foi

considerada, durante os debates, essencial para garantir, de maneira sustentável, a oferta de alimentos à população, que, até 2025, deverá ser acrescida de, pelo menos, mais um bilhão de pessoas em todo o planeta.

Durante o primeiro painel, que discutiu o futuro da agricultura, o vice-diretor do Serviço de Pesquisa Agrícola do USDA, Steven Kappes, ressaltou a importância da inovação para gerar ganhos na produção de alimentos, além do desafio de transformar a agricultura para distribuir uma produção de qualidade com o menor impacto ambiental até 2025.

No mesmo painel, o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Maurício Lopes, apresentou a agenda do futuro para o setor. Lopes destacou iniciativas que intensifiquem a produção de forma segura, agreguem valor, diversifiquem e especializem a produção agropecuária.

Como aumentar a produção agropecuária de forma segura



Elaboração: SRI/CNA

Após o evento, a CNA promoveu um dia de campo para os palestrantes. Brasileiros e americanos visitaram a fazenda Wehrmann em Cristalina (GO), uma das maiores produtoras de hortaliças do estado e referência em cultivo de batata, alho, cenoura, cebola, além de semente de soja e milho. Desse modo, o Diálogo Agrícola, além de promover uma discussão de alto nível em temas técnicos fundamentais para o setor, permite a troca de experiências diretamente no campo entre Brasil e EUA.

Brasil e agronegócio importam mais em setembro

1 Crescimento das importações brasileiras demonstra possível recuperação da indústria

No mês de setembro, o superávit da balança comercial brasileira foi de US\$ 3,8 bilhões, contribuindo em 11% dos US\$ 36 bilhões obtidos nos primeiros nove meses de 2016. O valor do saldo foi mais de três vezes superior ao acumulado no mesmo período do ano passado. A retração das importações - de US\$ 134 bilhões em 2015 para US\$ 103 bilhões em 2016 - foi o fator que mais influenciou o resultado da balança comercial.

A recessão econômica e o dólar valorizado também contribuíram para a queda de 23% das importações em 2016. Apesar da redução, em comparação com 2015, os valores mensais das importações brasileiras cresceram ao longo do ano. Tal fato pode

indicar aumento da compra de insumos para produção industrial e uma possível recuperação econômica.

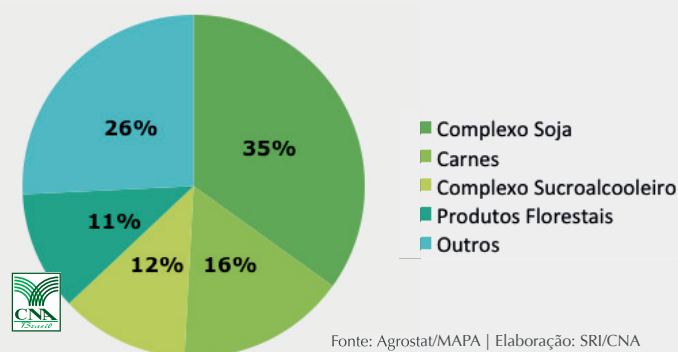
Até o final de setembro, as exportações brasileiras alcançaram US\$ 139 bilhões, valor 4% inferior ao apresentado em 2015. Em 2016, o setor de **óleos minerais e produtos minerais da sua destilação** foi o que apresentou maior redução no valor das exportações. A queda de US\$ 2,7 bilhões (-25%) no setor foi puxada principalmente pela diminuição das exportações para os EUA de petróleo bruto - queda de US\$ 703 milhões. Outro setor que apresentou queda significativa nas vendas externas foi o de **minérios, escórias e cinzas**, que vendeu US\$ 1,8 bilhão a menos no ano (-1,8%).

2 Agronegócio corresponde a 48% das exportações brasileiras em 2016

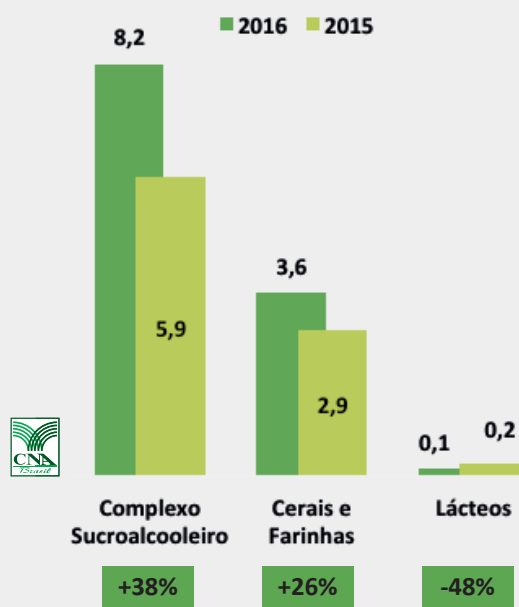
No período de janeiro a setembro de 2016, o agronegócio brasileiro exportou US\$ 67,4 bilhões (48% das vendas externas) e importou US\$ 9,8 bilhões (9% das importações totais).

Exportações: Nos três primeiros trimestres de 2016, as exportações do agronegócio cresceram 0,6% em relação ao mesmo período de 2015. Entre os setores que mais exportaram estão: **complexo soja** (35% das exportações do agronegócio); as **carnes** (16%); **complexo sucroalcooleiro** (12%); e produtos florestais (11%).

Exportação dos principais setores (janeiro a setembro de 2016)



Maiores variações das exportações (US\$ bilhões)



Em relação a 2015, os setores com maior variação no valor exportado foram: **complexo sucroalcooleiro** (+38%); **cereais e farinhas** (+26%) e **látceos** (-48%).

Ao mesmo tempo, houve crescimento de US\$ 1,8 bilhão no valor exportado de açúcar de cana em bruto (+43%). O setor sucroalcooleiro vem se recuperando de uma crise - principalmente de preços e endividamento - que o afetava nos últimos cinco anos (ver a seguir).

Látceos: A queda de 38% nas **exportações** do setor de látceos está relacionada principalmente a diminuição em US\$ 101 milhões das vendas externas de leite em pó, tornando o produto responsável por aproximadamente um terço da queda total do setor no período. Essa redução está relacionada ao aumento dos custos de produção, menor produtividade e a queda, entre 2015 e 2016, em US\$ 101 milhões nas vendas de leite em pó para a Venezuela. Já as importações do setor apresentaram valor recorde nos últimos 20 anos. A Argentina tem sido a principal origem das importações brasileiras de látceos.

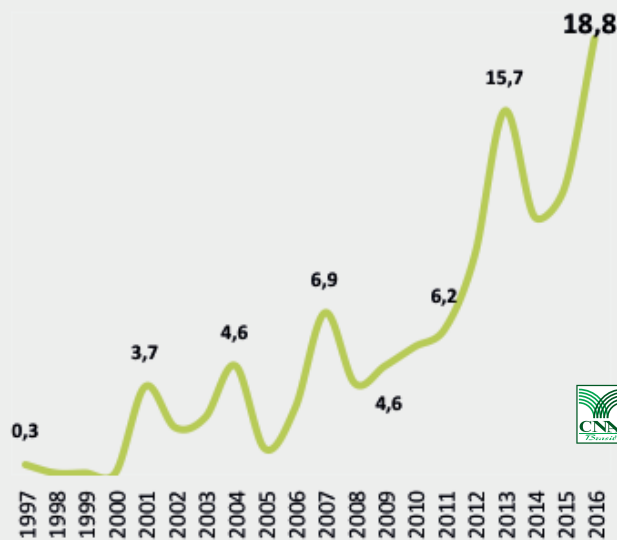
Cereais: O milho foi o principal produto que impulsionou o crescimento do setor de cereais. Em comparação a 2015, houve crescimento de 44% das **exportações** do grão (US\$ 955 milhões). O milho obteve recorde histórico em relação ao volume das vendas externas, alcançando 18,8 milhões de toneladas no período. O valor é 20% superior aos 15,7 milhões de toneladas em relação ao recorde obtido em 2013.

Em razão da maior safra (2015/2016), da série histórica, as exportações de milho cresceram em volume até setembro de 2016. Para o restante do ano espera-se uma redução das exportações do cereal em função de um menor estoque disponível.

Importações: Nos primeiros nove meses de 2016, o Brasil importou US\$ 9,8 bilhões em produtos do agronegócio. As importações do setor foram compostas principalmente por cereais, farinhas e preparações, US\$ 2,1 bilhões (21% das importações do agronegócio); produtos florestais, US\$ 1,1 bilhão (11%) e produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos, US\$ 1 bilhão (10%).

Saldo comercial: O saldo comercial do agronegócio, entre janeiro e setembro de 2016, foi 1% superior ao de 2015. Houve aumento de 0,6% das exportações e redução de 3,4% nas importações, o que colaborou para o aumento do superávit comercial, que alcançou US\$ 57,6 bilhões no período.

Volume das exportações de milho
(janeiro a setembro em milhões de toneladas)



Fonte: Agrostat/MAPA | Elaboração: SRI/CNA

3 Setor sucroalcooleiro retoma crescimento

Nos nove primeiros meses de 2016, o complexo sucroalcooleiro representou 12% (US\$ 8,2 bilhões) das exportações totais do agronegócio e 3% (US\$ 253 milhões) das importações. No período, houve crescimento de 38% no valor das vendas externas do complexo e redução de 12% nas compras.

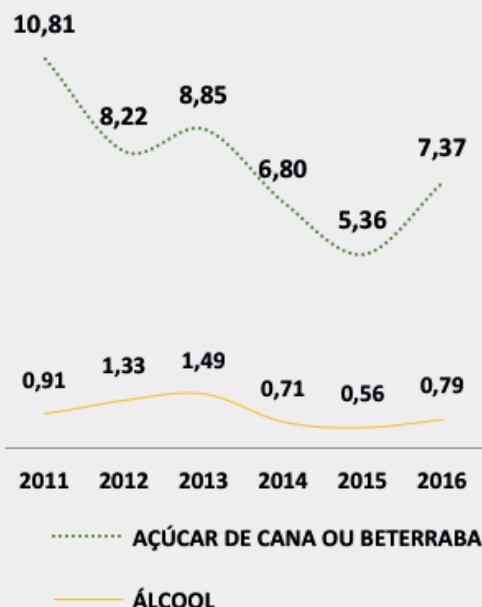
O setor sucroalcooleiro é composto por subsectores como açúcar de cana ou beterraba e álcool. No gráfico é possível notar que, em 2016, os dois setores tiveram exportações maiores em comparação ao ano anterior, demonstrando recuperação do setor como um todo.

O setor passou por uma das maiores crises da sua história, em função da queda nos preços do açúcar e do etanol, endividamento das usinas, além do aumento dos custos de produção, diminuição dos tratamentos culturais, falta de renovação dos canaviais e aos problemas climáticos resultantes do El Niño no Brasil - que resultaram em perda de competitividade. A desvalorização do real também teve importante papel na crise. Como fator negativo, houve aumento das dívidas das usinas em consequência da variação cambial. E, ao mesmo tempo, o impacto positivo aconteceu com o aumento das receitas das exportações de todo o setor.

A recuperação do setor sucroalcooleiro tem sido demonstrada no mercado financeiro, por meio da valorização das ações de suas empresas e pela alta nos preços do açúcar e do etanol.

Anteriormente à crise, o setor passava por um período de otimismo devido à expectativa de alta rentabilidade das usinas, consequência da grande disponibilidade de crédito pelos bancos brasileiros e aumento da compra de carros flex, que resultou em excesso de oferta.

Exportação dos subsectores sucroenergéticos



Fonte: Agrostat/MAPA | Elaboração: SRI/CNA

Algumas das situações que agravaram as dívidas das usinas de cana no mercado foram: a queda dos preços de açúcar e etanol resultantes do excesso de oferta devido às expectativas de alta rentabilidade do setor; e contenção do preço da gasolina pelo governo com objetivo de combater a inflação. A conjuntura do setor gerou, além de aumento de endividamento, fechamento de usinas e elevado número de demissões.

O fim das ações do governo que impactavam o setor, como a contenção do preço da gasolina, combinada ao aumento de preços do açúcar e etanol no mercado mundial, além da desvalorização do real, está permitindo a recuperação gradual do complexo sucroalcooleiro. São melhores as perspectivas para o setor no decorrer dos próximos anos. É necessária, no entanto,

que ocorra recuperação da confiança na economia brasileira e no setor para captação de investimento externo. Sendo o investimento em inovação tecnológica um dos caminhos para a diminuição dos efeitos da crise e a retomada do crescimento do setor sucroenergético.

Rotulagem de OGM no Brasil deve informar o consumidor sem elevar custos

Em maio de 2016, a Academia Nacional de Ciências, Medicina e Engenharia dos EUA publicou um relatório que atesta a segurança dos alimentos geneticamente modificados (GM) para a alimentação humana, animal e para o meio ambiente. Esse levantamento é mais um que coloca a biotecnologia agrícola como parte da solução para o desafio de produzir mais alimentos sem aumentar a pressão por novas áreas agricultáveis na mesma proporção.

Além da questão ambiental, uma produção realmente sustentável, exige também viabilidade econômica e social. Nesses aspectos, os transgênicos demonstraram trazer benefícios, especialmente para agricultores. De acordo com relatório elaborado pela consultoria britânica PG *Economics*, para cada dólar investido em sementes GM, nos países desenvolvidos, os produtores rurais recebem, em média, US\$ 4,42. Isso faz com que os agricultores aumentem seus rendimentos e permite que os alimentos tenham um preço acessível.

Por outro lado, a elevada adoção da biotecnologia agrícola ao longo dos últimos anos não foi acompanhada de um entendimento na mesma proporção por parte da sociedade. Na tentativa de esclarecer os consumidores, as legislações de rotulagem correm o risco de induzir a divulgação de informações errôneas. Por exemplo, na impossibilidade de garantir a absoluta ausência de OGM na cadeia de alguns alimentos, a indústria seria obrigada a rotulá-los como transgênicos, ainda que o conteúdo de OGM seja próximo de zero. **Para evitar esse equívoco, é importante estabelecer um limite mínimo para a presença não intencional de OGM compatível com métodos de detecção.** Com isso, não haveria aumento no custo do produto final.

Há ainda outros aspectos a considerar, como o tipo de informação exibida nos rótulos. Um deles é a presença de símbolos que demandam decodificação por parte do consumidor ou de nomes das espécies doadoras de genes que pressupõem conhecimento científico para serem compreendidos. Essas exigências, ao contrário de comunicar, são de difícil compreensão e colaboram para a percepção de risco equivocada associada aos transgênicos.

Nos Estados Unidos, no final de julho deste ano, foi sancionada uma lei contemplando uma alternativa ao desafio de uma rotulagem que seja, ao mesmo tempo, tecnicamente informativa e operacionalmente executável. A norma determina que os fabricantes de alimentos forneçam informações sobre esses produtos por meio do rótulo ou, alternativamente, por outros meios de comunicação. Um código QR (QR code), por exemplo, escaneado por um smartphone, poderia exibir grande variedade de informações.

No Brasil, a regulamentação sobre o tema é de 2003 e determina que os rótulos de produtos que contenham ingredientes transgênicos tenham um símbolo específico e um texto com a espécie doadora do gene. Após 13 anos, pesquisas revelam que a população ainda não reconhece o símbolo (confundindo-o, inclusive, com sinais de trânsito) e não está familiarizada com nomenclaturas científicas das espécies doadoras (*Agrobacterium tumefaciens*, *Arabidopsis thaliana*, *Bacillus thuringiensis*, *Streptomyces viridochromogenes* etc.).

Um projeto de lei que tramita no Senado pode, entretanto, modernizar a legislação brasileira. A proposta, já aprovada em abril de 2015 pela Câmara dos Deputados, substitui o incompreensível símbolo e as complexas informações sobre as espécies doadoras pela expressão “transgênico” ou “contém ingrediente transgênico”. A nova comunicação é simples e de fácil compreensão. Se aprovada, a legislação brasileira garantirá acessibilidade ao consumidor em, pelo menos, dois aspectos: o da comunicação, direta e transparente, e o da economia, já que não implicaria em custos adicionais.

As indústrias de alimentos e de biotecnologia estão atuando em parceria para atender à crescente demanda por informações. Por meio de legislações maduras, é possível oportunizar tomadas de decisão mais embasadas e assegurar que esse processo não onere o próprio consumidor.

Esta matéria é uma contribuição do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB).

Polônia: país do leste europeu apresenta oportunidades de vendas ao produtor brasileiro

Quando se fala em Polônia, muitos pensam em neve, no papa João Paulo II e na Segunda Guerra Mundial. O país de quase 40 milhões de habitantes é, todavia, um importante produtor e consumidor de produtos agropecuários e, em razão disso, uma importante força política na União Europeia. Nas negociações entre o Mercosul e aquele bloco, o país defendeu discretamente a

não-realização de um acordo. O lobby agrícola europeu costuma justificar essa oposição pela sensibilidade dos setores de açúcar e carnes. A Polónia exemplifica, todavia, que além dessas cadeias, há diversos setores do agronegócio europeu e brasileiro que ganhariam com um acordo comercial, tanto pelo crescimento das exportações quanto pelo incremento das importações.

Polônia na União Europeia



Imagem: Kolja21 | Elaboração: SRI/CNA

Comércio de produtos agropecuários

Entre 2012 e 2015 os principais produtos do agronegócio importados do mundo - inclusive de outros países membros da U.E. - pela Polônia foram: farelo de soja (em média, US\$ 979,4 milhões ao ano, salmão-do-Danúbio (US\$ 656,7 milhões) e “outras carnes suínas in natura” (US\$ 614,5 milhões). Outros produtos amplamente comprados pela Polônia foram fumo destalado (US\$ 412,9 milhões) e café verde (US\$ 247 milhões).

Atualmente, o Brasil já fornece diretamente para a Polônia 6,7% das compras internacionais do país de farelo de soja, 27,3% das de fumo destalado e 22,3% das de café verde, enquanto o market share brasileiro no mercado mundial para esses produtos é de 22,2%, 27,2% e 26,7%, respectivamente. Dentre os produtos citados, esses são os três para os quais as exportações brasileiras para aquele país devem ser impulsionadas pelo acordo Mercosul-U.E., dado que o Brasil não exporta salmões, e a categoria “outras carnes suínas in natura” inclui uma série pouco homogênea de mercadorias. Desse modo, é difícil indicar resultados claros para esses subprodutos de carne suína.

Participação do Brasil nas importações polonesas e mundiais de produtos selecionados



Fonte: ITC/Trademap | Elaboração: SRI/CNA



Além das importações, é interessante analisar as exportações da Polônia, e como seu crescimento pode ser favorável ao país. Os principais produtos do agronegócio exportados pelo país são: **cigarros** (US\$ 2 bilhões ao ano), “**outros móveis de madeira**” (US\$ 1,9 bilhão), e “**outros chocolates**” (US\$ 959,7 milhões). Outro produto importante é **salmão defumado** (US\$ 648,4 milhões anuais em exportações). A maior parte dessas vendas internacionais é, todavia, enviada à própria União Europeia, com mais de 80% das vendas externas desses produtos indo para outros países do bloco. Desses produtos, o Brasil importa diretamente da Polônia apenas chocolates (US\$ 2 milhões).

Numa análise do comércio intra-bloco para esses produtos, verifica-se que o país eslavo é responsável por mais de 20% das exportações intra-União Europeia de cigarros e outros móveis de madeira, e por 47,7% do comércio europeu de salmões defumados.

Prováveis benefícios do acordo entre Mercosul e União Europeia

Um acordo entre Mercosul e União Europeia poderia beneficiar os exportadores poloneses de duas formas: 1) ampliação das exportações diretas e; 2) redução de custos de outras exportações. Por exemplo, o país pode ampliar seu acesso aos mercados brasileiros de móveis de madeira e salmão defumado, competindo

com China, Vietnã, Chile e Estados Unidos, principais países fornecedores desses produtos ao Brasil.

Por outro lado, a redução nas tarifas europeias de importação para tabaco e amêndoas de cacau poderia reduzir custos de produção e ampliar a competitividade de exportadores poloneses de cigarros e chocolates, que hoje enviam 92,5% e 69,3% de suas exportações, respectivamente, para a própria União Europeia.

Após analisar os principais produtos do agronegócio exportados e importados pela Polônia e Brasil, é notável a complementariedade da pauta de comércio dos dois países. Desse modo, em um possível acordo comercial, o Brasil poderia ampliar suas exportações de importantes produtos para pequenos, médios e grandes agricultores do país, como farelo de soja, café verde e tabaco.

A redução no custo de importação de tabaco pode ser do interesse dos poloneses, que poderiam ampliar suas vendas de derivados do produto, assim como ocorre com cacau e chocolate. Também favorável ao produtor polonês seria a ampliação das exportações de móveis de madeira e de salmão defumado para o Brasil. Ao contrário do que defende parte dos representantes do setor agrícola europeu, um acordo entre Mercosul e União Europeia pode ser benéfico para o agronegócio do Brasil e da Europa.



Agro em foco

CAMEX aprova medidas ligadas ao agronegócio

Presidida por Michel Temer, a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) discutiu, no dia 28 de setembro, três assuntos importantes para o agronegócio. Em primeiro lugar, foi definida a ampliação da tarifa de borracha natural de 4% para 14%, medida publicada no Diário Oficial da União no dia 11 de outubro. Em segundo lugar, todos os membros da CAMEX votaram favoravelmente à extinção do Convênio Marítimo Brasil-Chile, que reduz a frequência de embarques e amplia (?) preços do frete marítimo entre os dois países. Essa decisão aguarda estudo técnico do Ministério dos Transportes, e pode ser oficializada em até trinta dias. Finalmente, aquela Câmara decidiu prorrogar, por três meses, a alíquota zero para importações de feijão e milho.

Habilitação de frigoríficos e missões de inspeção sanitária

Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), dois meses após a reabertura do mercado norte-americano, o Brasil já possui sete plantas habilitadas a exportar carne bovina *in natura* aos Estados Unidos. De acordo com o Mapa, o Brasil ainda pode receber quinze novas missões de inspeção sanitária em 2016, para diversos produtos. Dessas quinze, já estão confirmadas duas missões chilenas (para carne bovina e farinha de carne e osso), uma cubana (carnes suína e de aves), uma boliviana (carnes bovina, suína e de aves) e uma russa (para carnes bovina, suína e de aves).

China abre mercado para carne bovina norte-americana

No dia 22 de setembro, a China abriu oficialmente seu mercado para carne bovina norte-americana. A decisão chinesa, que inclui carnes de gado com menos de trinta meses de idade, desossadas ou não, deve ser seguida pela negociação de um protocolo de exportações e habilitação de plantas norte-americanas. Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), os frigoríficos do país devem ter de cumprir padrões sanitários ligados a inspeção, quarentena e rastreabilidade. A China reabriu

Abertura de mercados asiáticos

Em sua visita à Ásia, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, anunciou a abertura do mercado indiano para ovos e pintos de um dia provenientes do Brasil. Segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), isso permitirá que o país se fortaleça como um dos poucos exportadores de material genético de aves. Na mesma viagem, ainda foi anunciada a reabertura de licenças de importação de carnes, frutas e grãos brasileiros em Mianmar, e houve avanços em negociações sanitárias com Vietnã e Coreia do Sul. Simultaneamente, o MAPA anunciou no dia 05 de outubro que Israel aceitou a proposta de certificado veterinário do Brasil e, assim, abriu de seu mercado de sêmen bovino.

Rodada de negociação Mercosul-União Europeia

Entre os dias 10 e 14 de outubro, Mercosul e União Europeia voltarão a negociar o acordo de associação entre os dois blocos. Iniciadas no ano 2000, as negociações de um acordo comercial entre ambos ficaram suspensas por seis anos, entre 2004 e 2010. Nessa nova fase já realizaram troca de ofertas de redução tarifária no dia 11 de maio de 2016. O Ministro das Relações Exteriores, José Serra, afirmou que as negociações devem ser concluídas em 2018. Participam da negociação os quatro membros fundadores do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e os vinte e oito países integrantes do bloco europeu.



seu mercado de carne bovina para o Brasil em maio de 2015 e, nos últimos meses, o país ocupa a primeira posição entre os compradores de dessa carne brasileira. Para o consultor Adrian Redlich, citado em reportagem do *Wall Street Journal*, os EUA devem concorrer com a Austrália no mercado chinês de carnes mais sofisticadas, mas deve haver pouca concorrência entre o produto norte-americano e o brasileiro. 🌿



UMA PUBLICAÇÃO



Superintendência de Relações Internacionais

Alinne Oliveira**Camila Nogueira Sande****Elizabete Serpa****Gabriela Coser Rivaldo****Lara Vicente Teixeira****Layanne Alves Vasconcellos****Pedro Henrique de Souza Netto****Pedro Henriques Pereira****Thiago Masson**twitter.com/SistemaCNA facebook.com/SistemaCNA instagram.com/SistemaCNA www.cnabrazil.org.brwww.canaldoprodutor.tv.br